

**18º Congresso Brasileiro de Sociologia**

**26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)**

**Grupo de Trabalho: GT 05 – As Cidades no século XXI**

**“MIGRAÇÃO DE DEPENDÊNCIA: A IMIGRAÇÃO HAITIANA NO BRASIL**

**Dr. Luís Felipe Aires Magalhães**

Observatório das Metrôpoles de São Paulo (PUC – SP) e  
Observatório das Migrações de São Paulo (NEPO/Unicamp)

**Profª Drª. Rosana Baeninger**

Departamento de Demografia (IFCH/Unicamp)  
Observatório das Migrações de São Paulo (NEPO/Unicamp)

## **“Migração de Dependência”: A imigração haitiana no Brasil.**

Nos últimos anos, a crise capitalista mundial tem resultado em aumento do desemprego nos países centrais (CEPAL, 2009), provocando o fortalecimento do discurso e da prática xenófobos (COVARRUBIAS, 2010; DURAND; 2014), o que tem se traduzido em dificuldades dramáticas aos povos migrantes, desde a chegada a estes países até as condições em que se dá a inserção social e laboral (COVARRUBIAS, 2010). Em outras palavras, as transformações econômicas têm condicionado modificações no mundo do trabalho e, ao fazê-lo de forma desigual, acarretam significativos impactos na mobilidade populacional (BAENINGER, 2016).

A deterioração das condições de vida e de trabalho, a nível global, todavia com particularidades importantes, acarreta em transformações na dinâmica migratória internacional, através da redefinição dos destinos migratórios (BAENINGER, 2016; MAGALHÃES e BAENINGER, 2016). O histórico sistema migratório sul-norte global vê-se, gradativamente, suplantado pelo emergente sistema migratório sul-sul, alterando a posição de países e centros metropolitanos na divisão internacional do trabalho (BAENINGER, 2016). Os “periféricos na periferia” (VILLEN, 2016) são uma face importante desta nova modalidade migratória (BAENINGER, 2013). O mesmo pode ser considerado do ponto de vista do refúgio internacional (BÓGUS e MOZINE, 2015).

É neste contexto que a emigração haitiana dirige-se ao Brasil, após o ano de 2010 (FERNANDES, 2014; MAGALHÃES e BAENINGER, 2016). Na formação do fluxo migratório e em sua orientação ao Brasil, o fenômeno da dependência está presente em múltiplas instâncias, como abordaremos ao longo deste artigo.

Esse direcionamento, como veremos, dá-se em resultado de transformações operadas em três dimensões: na economia capitalista mundial, na sociedade haitiana e na economia brasileira (MAGALHÃES, 2017).

Sob a dimensão da economia capitalista mundial, a emigração haitiana foi fortemente impactada pela deterioração das condições de vida e de trabalho que sofriam os migrantes haitianos em seus destinos tradicionais, especialmente Estados Unidos, França e República Dominicana (BONÓ, 2016). Nestes países, sobretudo a partir de 2007, ano de irrupção da crise (CEPAL, 2009), fortalecem-se o discurso e a prática xenófoba, com efeitos sobre as condições de chegada, de documentação, de vida e de trabalho dos migrantes haitianos (COTINGUIBA, 2014), bem como de seus descendentes, como na República Dominicana após a decisão 168-13 do Tribunal Constitucional deste país (BONÓ, 2016). Desde o ponto de vista da “migração de dependência” (MAGALHÃES, 2017), importa considerar especialmente o efeito provocado por essa crise capitalista sobre a diminuição dos níveis de remessas de migrantes para o Haiti (CEPAL, 2009). Entre 2005 e 2015, as remessas de haitianos residentes fora do país para seus familiares residentes no Haiti oscilaram entre 22 e 26% do PIB haitiano e equivaleram a 150% do valor das exportações do país (UNCTAD, 2016). Assim como não é forçoso concluir que emigrantes são, atualmente, o principal produto de exportação no Haiti, também não o é considerar os impactos provocados pela diminuição das remessas nas precárias condições de reprodução social no país (MAGALHÃES e BAENINGER, 2016).

Na dimensão haitiana, transformações recentes agravaram uma situação de crise permanente (PIERRE-CHARLES, 1990), responsável pela produção e reprodução histórica dos fatores de expulsão populacional no país (CASTOR, 1978). O agravamento da instabilidade econômica, política e institucional especialmente após 2004, quando se inicia mais um ciclo de intervenção estrangeira no país (SEITENFUS, 2014) envernizam a imagem de um país sem outra esperança que não a emigração (SEGUY, 2014). Em 2007, em pleno contexto de crise capitalista internacional, as remessas de migrantes como proporção do PIB atingem a seu menor nível no período entre 2005-2015 (UNCTAD, 2016), revelando a situação de “dependência de remessas” (MAGALHÃES e BAENINGER, 2016) que não tardaria a encontrar novos destinos migratórios para a reversão desta tendência (MAGALHÃES, 2017).

Mas que destino seria esse? É justamente na dimensão brasileira onde reside a resposta a essa pergunta.

No contexto brasileiro, é significativo analisar que, enquanto a crise capitalista motivava o fortalecimento de seletividades e restrições à migração internacional advinda dos países do sul nos países centrais, o Brasil reagia a ele com políticas anti-cíclicas que promoveram, entre 2003 e 2010, a criação de 14,7 milhões de empregos (MATTEI e MAGALHÃES, 2011). A partir da própria presença econômica, militar e política brasileira no Haiti – produto do sub-imperialismo brasileiro no país (LUCE, 2011) – forma-se no país caribenho uma ideia de Brasil enquanto destino migratório possível, o “novo Eldorado” (SILVA, 2016). Uma ideia imprecisa e frágil como o próprio processo de expansão econômica com inclusão social brasileiro, situado, ainda, no marco de uma economia dependente (MAGALHÃES, 2017).

A presença brasileira no Haiti (SEITENFUS, 2014), fruto não de opções pessoais ou administrativas, mas sim das próprias condições e contradições de seu processo de expansão ao exterior a partir de 2004 (LUCE, 2007; LUCE, 2011) e a posterior constituição de um fluxo de migrantes haitianos no Brasil (bem como suas principais características laborais) motivam-nos a propor a noção de “migração de dependência” (MAGALHÃES, 2017) para a conceituação da presença haitiana no Brasil. Através deste conceito, buscamos sintetizar teórica e metodologicamente um conjunto de elementos desta modalidade migratória que fazem referência direta, em diversas instâncias, ao fenômeno da dependência e de como ele condiciona uma mobilidade espacial específica, qual seja, a de haitianos no Brasil.

Nesse contexto, este artigo tem como objetivo analisar, a partir de uma aproximação crítica entre a perspectiva histórico-estrutural (PATARRA e BAENINGER, 1995; SINGER, 1995) e a teoria marxista da dependência (MAGALHÃES, 2013; MARINI, 2000; MARINI, 2012), a recente imigração haitiana ao Brasil, que atingiu um volume estimado de pelo menos 85.000 imigrantes que, entre 2010 e 2017, tiveram no Brasil ponto de destino ou de trânsito a outros destinos migratórios. Com essa aproximação, buscamos definir os contornos teóricos e metodológicos para o estudo da imigração

haitiana ao Brasil, a partir do conceito de “migração de dependência” (MAGALHÃES, 2017).

A metodologia deste artigo contempla a revisão teórica da emigração haitiana e o estudo empírico de sua presença no Brasil, com base nos resultados das pesquisas nacionais existentes sobre o tema (FERNANDES, 2014; BAENINGER et al, 2016), fontes de dados administrativas (MTE, CNIg e SINCRE) e trabalho de campo realizado em cidades do sul do Brasil – bem como no próprio Haiti, em Porto Príncipe, de 31 de Maio a 16 de Junho de 2016 (MAGALHÃES, 2017).

Este artigo possui duas hipóteses fundamentais, que buscaremos analisar: inicialmente, a hipótese de que a presença haitiana no Brasil guarda relação com a crise capitalista de 2008 e o consequente agravamento das restrições migratórias nos destinos consolidados (Estados Unidos e França, sobretudo), redirecionando o fluxo da emigração haitiana para o Brasil. A segunda hipótese é a de que a condição de “dependência de remessas” no Haiti possa condicionar a redefinição dos destinos migratórios preferenciais e orientá-los, particularmente após a crise capitalista recente nos países centrais (alguns dos quais destinos históricos da emigração haitiana, como Estados Unidos e França), a novos destinos, como o Brasil. Em outras palavras, investigamos, sob esta hipótese, se as remessas de migrantes podem ser consideradas, no tocante específico à emigração haitiana, como um elemento da dinâmica migratória.

### **Imigração Haitiana no Brasil: A “migração de dependência”**

Antes de precisarmos o conceito de migração de dependência, importa caracterizar, ainda que brevemente, a conjuntura social haitiana nos últimos anos.

Atualmente, a população do Haiti é, segundo estimativas, de 10.255.644 habitantes (FIBGE, 2017). Destes, 44,5% estão em situação de subnutrição e 34,7% não são alfabetizados; apenas 17% da população do país possui acesso à rede sanitária, situação que contribui para a ocorrência, frequente, de surtos de cólera e de outras doenças infecto-parasitárias no país (FIBGE, 2017). São doenças facilmente evitáveis, mas o Haiti investe apenas 1,5% de seu Produto Interno Bruto (PIB) em saúde. Um haitiano residente em seu país consome, em média, 2.080 kcal/dia, mesmo nível consumido em países como Iêmen e Tanzânia (FIBGE, 2017). É o que pode ser consumido em um país inserido em um contexto de crise alimentar permanente, em que 61,7% de sua população vive com menos de um dólar por dia. A renda anual per capita é o equivalente a 15% da média da América Latina. As condições de vida são precárias, e as de nascimento também: apenas 26,1% dos partos são assistidos por algum profissional da área de saúde; em 350 a cada 100.000 partos com nascidos-vivos a mãe falece; 7% das crianças morre antes dos cinco anos de idade e 5,3% antes de um ano de idade (FIBGE, 2017). Enquanto isto, o sistema universitário do país parece produzir profissionais para o trabalho em outros países: 84% dos egressos deste sistema passa a residir fora do Haiti com o fim de seus cursos, expressando a seletividade do ensino superior e o seu afastamento da resolução dos problemas nacionais.

A precariedade da situação social no Haiti agrava-se em razão das instabilidades políticas no país, particularmente pós-2004 (SEITENFUS, 2014), a partir de quando os golpes e as deposições se tornaram a face mais evidente de um país estruturalmente desigual (CASTOR, 1978), e quando a tensão social<sup>1</sup> torna-se entrave para a atuação das empresas multinacionais e passa a comprometer a própria acumulação de capital no país, faz-se “necessário” uma, mais uma, intervenção externa no país (JUBILEU BRASIL, 2007; SEGUY, 2014).

Em seu segundo mandato, que inicia-se em 2001, após uma série de pressões internas, que quase resultou e uma guerra civil, Aristide foi

---

<sup>1</sup> Em que pese a instabilidade política no país, a tese, usada como justificativa das forças internacionais para a intervenção no país, de existência de uma guerra civil no Haiti não é consensual. Para aprofundamento na divergência em torno às disputas políticas no Haiti e sua natureza sobretudo eleitoral e de poder, recomenda-se a leitura de SEITENFUS, Ricardo. Haiti: Dilemas e Fracassos Internacionais. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2014. 464p.

novamente deposto em 2004. Em uma história envolta de mistério e especulação, Aristide deixa o Haiti em uma aeronave norte-americana, e dias depois, aparece exilado na África do Sul dando sua versão, de que não teria sido deposto e que, em momento algum havia renunciado, considerando-se presidente legítimo do Haiti. Com a saída de Aristide, quem assume interinamente a presidência é o chefe da suprema corte, Boniface Alexandre. Em março de 2004, Alexandre solicita do Conselho de Segurança da ONU, uma força internacional para manutenção da paz. Um dia depois, em 9 de março, acontece o desembarque de tropas norte-americanas, canadenses, francesas e chilenas (COUTO, 2016, p. 167).

É neste contexto que a ONU intervém, através da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), coalizão internacional iniciada em 2004 sob a coordenação das Forças Armadas brasileiras. Esta seria a sétima missão estrangeira implementada no país no período curto de apenas 11 anos (SEITENFUS, 2014).

Em outras palavras: embora a presença econômica e militar brasileira no Haiti inicie-se em 2004, com o estabelecimento no país da Minustah, é apenas com a crise capitalista de 2007/2008, a deterioração das condições de vida e de trabalho nos destinos tradicionais da emigração haitiana (Estados Unidos, França e República Dominicana) e os efeitos, econômicos e sociais, da redução no nível das remessas para o país que essa mesma presença passa a construir, objetiva e subjetivamente, a ideia de um destino mais vantajoso aos migrantes do país (METZNER, 2014; PERAZZA, 2014). Em igual medida, é justamente em um contexto de crise que a expansão subimperialista do capitalismo brasileiro ao exterior aprofunda sua importância, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista político-militar.

Embora a crise capitalista de 2007-2008 tivesse diminuído de imediato o consumo das exportações brasileiras e pressionasse, com isso, a balança comercial brasileira, a opção por uma política econômica anticíclica, com elevação dos gastos do governo e controle da taxa de juros, expandiu a capacidade produtiva e manteve a tendência de crescimento do consumo, via crédito e endividamento familiar, e de criação de postos de trabalho, sobretudo de baixa qualificação. A criação de 14,7 milhões de empregos entre 2003 e 2010 foi acompanhado de valorização real do salário mínimo e de diminuição da desigualdade de renda via desconcentração do salário – o índice de Gini entre 2002 e 2009 cai de 0,59 para 0,54 (MATTEI e MAGALHÃES, 2011).

É essa conjuntura econômica de desenvolvimento dependente (LUCE, 2012), mas com relativa inclusão social e expansão do emprego (MATTEI e MAGALHÃES, 2011), que condiciona a expansão brasileira ao exterior, em busca de novos mercados, e que pressiona a diplomacia externa brasileira, objetivando, sobretudo, um assento no Conselho de Segurança da ONU (SEITENFUS, 2014).

A “migração de dependência” expressa um fluxo migratório internacional formado através da presença, econômica, política e militar, de um país dependente (Brasil) em outro (Haiti). Aporta-se esse adjetivo ao fluxo pois são precisamente as contradições do desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro que levaram o Brasil ao Haiti: a expansão econômica ao exterior; a busca por um assento no Conselho de Segurança da ONU, que confirmasse politicamente essa expansão econômica; a procura de negócios rentáveis para suas construtoras e empreiteiras, através da construção de obras de infraestrutura, como a da estrada entre Les Cayes, cidade portuária, e Jérémie, ambas no sul do Haiti; a presença nos lucrativos negócios de reconstrução do país, pós-Terremoto de 2010; e a presença e coordenação da Minustah, como garantia ao mundo de que o Brasil era um ator não apenas econômico mas também político e militar relevante nas relações internacionais.

Igualmente, a adjetivação “dependência” denota outro aspecto característico deste fluxo, precisamente a sua dependência de remessas (MAGALHÃES e BAENINGER, 2016). A dependência de remessas expressa uma condição, historicamente constituída, a partir da qual as famílias de migrantes, por sua posição econômica e social já de vulnerabilidade, utilizam esses recursos exclusivamente ou quase exclusivamente para o consumo corrente, isto é, para a sua subsistência, sobrevivência material (GROSFOGUEL, 2007; COVARRUBIAS, 2010). Em um contexto de crise capitalista e de diminuição do volume das remessas, como o ocorrido imediatamente após 2007/2008, a migração ao Brasil se dá também como estratégia familiar de obtenção de, em um mercado em expansão, reverter esta diminuição das remessas e manter, com isso, seu nível de consumo.



Outra dimensão do processo migratório haitiano no Brasil que nos permite trata-lo a partir do conceito de “migração de dependência” dá-se, precisamente, na inserção laboral desses imigrantes no Brasil. Diferentemente de outros processos migratórios contemporâneos no Brasil, como o de ganeses e senegaleses; diferente ainda da inserção dos grupos de refugiados sírios e angolanos no país, e distinto da própria migração mercosulina no Brasil, a imigração haitiana é caracterizada por maior documentação: o visto de ajuda humanitário, criado pela RN nº 97 do CNIg, em 12 de Janeiro de 2012, garante aos imigrantes haitianos CPF e Carteira de Trabalho, de forma mais facilitada do que a outros grupos (MAGALHÃES, 2017). Logo, a “dependência”, nesse caso, reside em não estarmos tratando de informalidade, mas sim de superexploração da força de trabalho em setores de atividade econômica caracterizados por formalidade (MAGALHÃES e BAENINGER, 2016; MAGALHÃES, 2017).

No que tange à superexploração da força de trabalho haitiana no mercado formal de trabalho brasileiro, pesquisa de campo de natureza qualitativa realizada em 16 cidades brasileiras (BAENINGER et al, 2016) conclui predominância de um perfil documentado e empregado, perfil esse corroborado pelos dados do MTE (RAIS e CAGED). Em pesquisa de campo realizada especificamente em Santa Catarina (MAGALHÃES, 2017), Unidade da Federação que mais empregou trabalhadores haitianos no mercado formal de trabalho entre 2010 e 2015, pudemos identificar pelo menos três modalidades sob as quais, mesmo no mercado formal de trabalho, há violação do valor da força de trabalho haitiana (superexploração).

A primeira modalidade consiste em diminuir o valor dos salários a partir da concessão de alojamentos. Tal troca é anunciada já nos processos de recrutamento, em que muitos haitianos encontram-se desempregados e em situação de vulnerabilidade, de modo que aceitam, mesmo com o pagamento inferior à média salarial. Os alojamentos a que tivemos acesso, em Chapecó (segunda cidade brasileira que mais admitiu trabalhadores haitianos nesse mesmo período no mercado formal de trabalho, em razão da concentração em seu territórios de empresas frigoríficas), são insalubres e submetem, conforme

visto por outros grupos de pesquisa e pelo próprio Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina (MPT – SC) os trabalhadores a condições análogas à escravidão. Assim, um alojamento insalubre e irregular opera a violação do valor da força de trabalho, em mecanismo pelo qual esses trabalhadores recebem, em média, R\$232 a menos que os demais, não alojados pela empresa.

O segundo mecanismo identificado neste trabalho de campo (MAGALHÃES, 2017) refere-se ao que chamamos de “alocação discriminatória” (MAGALHÃES, 2017), isto é, a maior concentração de trabalhadores haitianos justamente nas etapas do processo produtivo caracterizadas por maior desgaste da força de trabalho e, por consequência, maior ocorrência de DORT's, as Doenças Ósteo-musculares Relacionadas ao Trabalho. Nos frigoríficos, essas etapas são a da “pendura” (em que o peso das carnes levantadas e colocadas na esteira frequentemente supera aquele estipulado pela legislação específica, a NR 36) e dos “miúdos” (em que o funil que organiza os miúdos na esteira é, para aumento da produtividade, colocado a uma altura em que o grau formado entre os braços e os ombros é superior ao máximo estabelecido, 90°). Por esse mecanismo, o valor da força de trabalho haitiana é violada porque ela é alocada preferencialmente em setores em que há maior desgaste da força de trabalho e os salários não são superiores de modo a compensar esse maior desgaste e reproduzir a força de trabalho. É, como vimos, inferior.

A terceira modalidade de violação do valor da força de trabalho remete às estratégias utilizadas pelo capital e seus gestores para ludibriar aqueles trabalhadores haitianos que possuem pouco ou nenhum domínio do idioma português. Em nosso trabalho de campo (MAGALHÃES, 2017), identificamos inúmeros casos em que contratos de demissão com cláusulas abrindo mão de direitos pós-demissão foram entregues sem qualquer orientação e tradução a esses trabalhadores sem domínio do idioma. O valor da força de trabalho é condicionado, também, pelos direitos a que os trabalhadores têm direito mesmo após a sua demissão. A violação do valor da força de trabalho, neste

caso, está em reduzir os benefícios pós-demissionais de forma a acumular privadamente esses recursos.

Em termos teóricos, a “migração de dependência” relaciona-se ao conceito de “migrantes coloniais” (GROSFOGUEL, 2007), mas difere dele na medida em que a relação entre Brasil e Haiti não é de colonialismo, mas sim de subimperialismo (LUCE, 2007; LUCE, 2011): o Haiti não é e nunca foi colônia brasileira. A própria presença brasileira no país é relativamente recente, como são recentes os fluxos de haitianos para o Brasil (FERNANDES, 2014; MAGALHÃES, 2017). Há uma relação íntima entre a presença do Brasil no país e a vinda dos primeiros haitianos ao Brasil (PATARRA, 2012; PERAZZA, 2014). Esta relação nos leva a refletir, ainda que de forma breve e inicial, na capacidade de o subimperialismo condicionar a dinâmica migratória internacional, e criar e impulsionar um fluxo específico entre o país objeto da expansão subimperialista e o país que a promove efetivamente. Leva-nos, por consequência, a ousar definir tal fluxo como “migração de dependência”.

A consideração de que o subimperialismo brasileiro possa condicionar fluxos migratórios específicos é reforçada por Patarra (2012)<sup>2</sup>. Embora não utilize o conceito de subimperialismo, Patarra (2012), ao referir-se à deterioração das condições econômicas e sociais no Haiti, afirma que “neste quadro, a presença do Brasil no Haiti, no comando da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti – Minustah, iniciada em 2004, foi fator de fundamental importância na inserção do país no quadro dos destinos procurados pelos haitianos que buscavam fugir da miséria e da desordem social” (PATARRA, 2012, p. 13).

Concorrem para isto as ideias colhidas junto aos militares brasileiros no país (PERAZZA, 2014), as atividades organizadas no Haiti pelo governo brasileiro (FERNANDES, 2014), incluindo de visitas de Estado do Presidente Lula até amistosos da seleção brasileira (SILVA, 2016) e um conjunto de informações bastante imprecisas sobre a vida no Brasil.

---

<sup>2</sup> Sales (1996), ao analisar a imigração paraguaia ao Brasil a partir da concentração fundiária em curso no país vizinho operada pelas empresas e produtores brasileiros lá instalados, chegue a conclusão semelhante ao considerar que a expansão brasileira àquele território estaria condicionando a vinda de paraguaios ao Brasil.

Destaca-se que há pouca informação objetiva ao alcance dos migrantes haitianos. A maior parte da mesma, no que se refere às condições de vida no Brasil, provém dos retratos que fazem os meios de comunicação de massa, não são numerosos e usualmente estão baseados nos esportes, rumores propagados por traficantes, e o boca a boca anedótico através da Construtora OAS, companhia brasileira que construiu várias estradas na metade sul do país, e o Batalhão Brasileiro Minustah. Há uma compreensão generalizada de que existem oportunidades laborais no Brasil para trabalhadores não qualificados, os vistos são relativamente fáceis de obter e a suposição de que o Brasil não deporta aos migrantes irregulares. Os migrantes que esperavam radicar-se de modo permanente no Brasil eram uma minoria. Aqueles que buscavam apenas residir de modo temporário, em termos gerais esperavam poupar de 10.000 a 20.000 dólares por ano (a estimativa resulta das discussões com os grupos focais). Entre os migrantes que buscam residir de maneira permanente, suas expectativas incluíam a compra de um veículo e uma casa, e dispor de fundos suficientes para trazer toda a sua família ao Brasil e cobrir suas necessidades materiais com um único salário. Quanto aos migrantes mais jovens, suas expectativas principalmente estavam associadas ao acesso a uma educação superior (METZNER, 2014, ps. 15-16).

Estas informações imprecisas sobre as condições de vida e de trabalho no Brasil, vinculadas no Haiti, tornam-se atraentes em um contexto de crise econômica e política permanente vivido por um povo que já possui reconhecida tradição migrante (CASTOR, 1978). Segundo Fernandes e Faria (2016), estas informações têm origem, também, em redes de tráfico de pessoas existentes no país. Referindo-se a trabalho de Loudor et al (2011), Fernandes e Faria (2016) indicam haver

pelo menos duas redes de tráfico que recrutam cidadãos no Haiti, principalmente no oeste e norte do país. Estas redes prometem trabalho e estudos em países da América Latina e até mesmo nos Estados Unidos e Europa; utilizam Cuba e a República Dominicana como países de trânsito e dirigem os imigrantes ao Equador, onde abandonam suas vítimas. É possível que o início da imigração para o Brasil também esteja atrelada a esta rede, uma vez que a maioria dos haitianos não permanece no Equador (FERNANDES e FARIA, 2016, p. 95).

Os chamados coiotos propagam, então, a ideia de que o Brasil tem permanecido imune à crise econômica, de que há abundância de trabalho disponível e facilidades de entrada, documentação e permanência no Brasil (FERNANDES e FARIA, 2016). O preço cobrado pelo agenciamento, prometem, seria obtido logo nos primeiros meses no Brasil.

A capacidade de a presença do Brasil no Haiti condicionar fluxos migratórios de haitianos ao Brasil é apresentada também por relação

bibliográfica levantada por Fernandes (2014), segundo o qual “alguns autores indicam que a presença das tropas brasileiras no Haiti poderia ter contribuído para disseminar a ideia do Brasil como país de oportunidades, principalmente no momento em que grandes obras estavam em execução e a taxa de desemprego em descenso” (FERNANDES, 2014, p. 12).

Essa proposição encontra respaldo teórico (PATARRA, 2012; PERAZZA, 2014) e reverbera nas próprias palavras do Vice-Cônsul brasileiro no Haiti, Cláudio Teixeira<sup>3</sup>. Ao referir-se à presença de soldados brasileiros no país e o convívio destes com cidadãos haitianos, Teixeira argumenta de modo a sinalizar concordância com essa hipótese.

Nós temos aí agora cerca de 850 militares. Já ouvi dizer que esse número já foi de 1.600 pessoas, que ultrapassou 2.000, mas com certeza essa nossa liderança, essa missão de paz aí ela é muito efetiva, é eficiente, né? E há uma simpatia, uma proximidade muito grande do haitiano com o brasileiro. Então de vez em quando eu vou aqui na janela e as vezes vêm alguns militares, às vezes a pessoa precisa fazer uma procuração para resolver algum problema lá então eles vêm aqui no Consulado e normalmente eles vem aqui com um carro de campanha deles, né? Então vem o interessado, sobe aqui e fica um ou dois lá no veículo militar e a gente vê daqui: os haitianos já chegam, querem conversar com eles, sabe? (...) Então eles são muito bem vistos aqui, pelo menos para a população haitiana, e pela própria Minustah aqui, que é a representante, a ONU né, sempre que tem cerimônia lá no Brabat ela sempre tá presente, ela sempre enaltece muito o trabalho do Exército brasileiro, então com certeza eu acho que contribuiu muito o trabalho do Brasil aqui (Cláudio Teixeira, 2016).

Questionado diretamente sobre se essa contribuição seria também à constituição do fluxo, em nossos termos à formação da “migração de dependência”, Teixeira responde “sim”, no que o também Vice-Cônsul brasileiro no Haiti, Tarcísio Dias, concorda:

Eu acho que eles deram o ponta pé inicial nessa vontade que eles têm de ir pro Brasil né? Eu acho que a Minustah ela tem um trabalho fundamental, né, porque eu acho que se eles tivessem feito um trabalho... mal trabalho, né, com certeza poderia até existir o visto humanitário, né, mas acho que a procura e a busca não seriam tão grande. Com certeza o trabalho inicial foi sim da Minustah, o trabalho pioneiro foi da missão brasileira (Tarcísio Dias, 2016).

Além desta presença, há de se destacar também, segundo Fernandes (2014), que as obras para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos

---

<sup>3</sup> A entrevista com os vice-cônsules do Brasil no Haiti foi feita no âmbito de trabalho de campo realizado em Porto Príncipe entre 30 de Maio de 2016 e 16 de Junho de 2017.

Olímpicos de 2016 na cidade do Rio de Janeiro empregaram muitos trabalhadores estrangeiros. Ainda segundo Fernandes (2014), é possível citar também como causa “a realização do Jogo da Paz como fator que contribuiu para disseminar a imagem do Brasil naquele país” (FERNANDES, 2014, p. 12), bem como a ida do ex-presidente Lula ao Haiti, em fevereiro de 2010, quando ele discursou ao povo haitiano e disse que eles seriam muito bem recebidos no Brasil (COSTA, 2016). Esse discurso teria operado na prática como um convite à imigração haitiana (FERNANDES, 2014).

### **Considerações Finais**

A relação entre subimperialismo e fluxos migratórios não é, certamente, direta ou causal. Trata-se, melhor dizendo, de fenômenos vinculados, associados. O subimperialismo, como vimos anteriormente, se insere em uma conjuntura nacional que reúne fatores de expulsão populacional que vêm sendo produzidos desde a retomada imperialista no país, pós 2004. Ademais, esta conjuntura viu-se agravada pela destruição material, abatimento moral e caos sanitário causado pelo terremoto de 2010. Da mesma forma com que é limitada e equivocada a interpretação de que a imigração haitiana no Brasil decorre exclusivamente do terremoto de 2010, ignorando os processos históricos de emigração haitiana e a própria natureza estrutural de seus fatores de expulsão populacional (BAPTISTE e VIEIRA, 2016), também pode ser equivocada a consideração de que esse processo migratório decorre unicamente da presença militar brasileira no país, a partir da coordenação da Minustah. De modo a superarmos essas limitações e refletirmos a imigração haitiana no Brasil como fenômeno social complexo, abordamos esse tema a partir das referidas três dimensões (haitiana, internacional e brasileira), dimensões essas intimamente relacionadas pelo fenômeno da dependência.

Todavia, é importante definir, como fizemos nesse artigo, a atuação específica da presença militar e econômica sobre a inserção do Brasil no imaginário migratório haitiano. A ideia, divulgada por militares brasileiros da Minustah, de um Brasil potência (ZIBECHI, 2012), verdadeiro “novo Eldorado”,

estimula, em contexto de dependência de remessas, a formação de novos fluxos migratórios, a partir de então para o território brasileiro. A “migração de dependência” daí derivada traz em si a busca de melhores condições de vida e de trabalho. Essas ideias costumam ser tão imprecisas quanto equivocadas (OIM, 2014).

Procuramos, ao longo deste artigo, apresentar as principais características teóricas e metodológicas do conceito “migração de dependência”, utilizado aqui para definir a imigração haitiana no Brasil.

A definição dos contornos teóricos e metodológicos deste conceito exigiu, produto que é da aproximação entre os estudos históricos-estruturais e a teoria marxista da dependência, a utilização de categorias como dependência, subimperialismo, super-exploração da força de trabalho e conceitos como fatores de expulsão e fatores de atração. Não obstante a articulação entre esses conceitos e categorias, em muitos deles foram utilizadas notas de rodapé para aprofundamento teórico. Também como decorrência do objetivo específico deste artigo, não pudemos caracterizar, social e demograficamente, de forma mais ampla a presença haitiana no Brasil. Todavia, cabe destacar que justamente desta caracterização que surge o conceito de “migração de dependência”, como síntese de um processo social em que o fenômeno da dependência está presente desde a formação dos fatores de expulsão, no Haiti, até a forma que assume a inserção laboral dos imigrantes haitianos, já no Brasil.

As novas mobilidades surgidas no interior do processo de migração haitiana, sejam para outros países da América do Sul, seja de retorno para o próprio Haiti, não anulam a validade teórica do conceito de “migração de dependência”, senão que o confirma, dado que são, fundamentalmente, efeitos da extensão da crise capitalista ao Brasil e da reprodução, ampliada, da dependência no capitalismo brasileiro, na atual etapa de desnacionalização e desindustrialização em curso no país. Essas novas mobilidades, no entanto, exigem ainda estudos específicos, de modo a compreendê-las não apenas dentro da tradição migrante haitiana mas também como resultado de processos particulares em curso nestes próprios países.

## Referências Bibliográficas

- BAENINGER, Rosana. Migração Transnacional: elementos teóricos para o debate. In: BAENINGER, Rosana et al (org). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.
- BAENINGER, Rosana. Notas acerca das migrações internacionais no século 21. In: BAENINGER, Rosana (Org.). **Por Dentro do Estado de São Paulo**. V. 9, Migração Internacional. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepe/Unicamp, 2013. Pp. 9-22.
- BAPTISTE, Chandeline Jean; VIEIRA, Joice Melo. Catástrofe Ambiental e Migração Internacional: A perspectiva dos imigrantes haitianos na cidade de São Paulo. In: BAENINGER, Rosana et al (org). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.
- BONÓ. Centro BONÓ. **Desnacionalización y Apatridia en República Dominicana Hoy**. Santo Domingo/República Dominicana: Centro Bonó, 2016. 108p.
- BÓGUS, Lúcia Maria Machado; MOZINE, Viviane. Imigração e Refúgio no Brasil Contemporâneo: 1930-2012. In: Migração, Trabalho e Cidadania. (Org). Dirceu Cutti et al. São Paulo: EDUC, 2016.
- CASTOR, Suzy. **Migración y Relaciones Internacionales (el caso haitiano-dominicano)**. México, D.F: Editora de la UNAM, 1978.
- CEPAL (2009) **La Actual Crisis Financiera Internacional Y Sus Efectos En América Latina Y El Caribe**. Disponível em: [http://www.cepal.org/publicaciones/xml/0/35390/2009-25-Thecurrentinternationalfinancialcrisis\\_ESPANOL-WEB.PDF](http://www.cepal.org/publicaciones/xml/0/35390/2009-25-Thecurrentinternationalfinancialcrisis_ESPANOL-WEB.PDF). Acesso em Fevereiro de 2015.
- COSTA, Pe. Gelmino. Memória da chegada de imigrantes haitianos a Manaus, 2010-2014: presença da Pastoral do Migrante. In: **Cadernos de Migração**, São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, n. 8, 2016.
- COTINGUIBA, Geraldo Castro. **Imigração haitiana para o Brasil: a relação entre trabalho e processos migratórios**. Dissertação (Mestrado em História e Estudo Culturais) – Fundação Universidade Federal de Rondônia/UNIR/RO, 2014.
- COUTO, Kátia Cilene do. Notas de pesquisa: entre o Haiti e o Brasil. In: BAENINGER, Rosana et al (org). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.
- COVARRUBIAS, Humberto Márquez. Desarrollo y Migración: Una lectura desde la Economía Política. In: **Revista Migración y Desarrollo**, nº 14, primeiro semestre de 2010. Pp. 59-87.
- DURAND, Jorge.. **Haity y la Salida Migratória**. In: Periódico LaJornada. Disponível em <http://www.jornada.unam.mx/2010/01/31/opinion/010a1pol>. Acesso em Fevereiro de 2014.
- FERNANDES, Duval (Coord.). **Projeto “Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral”**. Belo Horizonte: TEM/IOM-OIM/PUC Minas/GEDEP, 2014.
- FERNANDES, Duval; FARIA, Andressa Virgínia de. A Diáspora Haitiana no Brasil: Processo de entrada, características e perfil. In: BAENINGER, Rosana et al (org). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.
- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de Dados Países**, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/paisesat/>.
- GROSGOUEL, Ramón. Migrantes Coloniales Caribeños em los Centros Metropolitanos del Sistema-Mundo. Los casos de Estados Unidos, Francia, los Países Bajos y el Reino Unido. In: **Documentos CIDOB**, v. 13 – série migraciones, Junho de 2007. Pp. 01-51.
- JUBILEU BRASIL. Haiti: **Soberania e Dignidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- LOUIDOR, W. E. et al. **Os fluxos haitianos para América Latina: Situação atual e propostas**. In: MACHADO e GONZÁLEZ (Org). Análise de Conjuntura América Latina e Caribe. São Leopoldo – RS: Humanitas Unisinos, 2011.
- LUCE, Mathias S. **A Teoria do Sub Imperialismo em Ruy Mauro Marini: Contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2011.
- LUCE, Mathias S. A Superexploração da Força de Trabalho no Brasil. In: **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, nº 32, p. 119 – 141, junho – 2012.
- MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti**. 2017. 1 recurso online (355 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.



- MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **Migração Internacional e Dependência na Divisão Internacional do Trabalho: um estudo da região sul de Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. Campinas, 2013.
- MAGALHÃES, Luís Felipe Aires, BAENINGER, Rosana. Imigração Haitiana no Brasil e Remessas para o Haiti. In: BAENINGER, Rosana et al (org). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2012. 272p.
- MATTEI, Lauro; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. A política Econômica Durante o Governo Lula (2003 – 2010): Cenários, Resultados e Perspectivas. In: De Paula,
- METZNER, Tobias. La migración haitiana hacia Brasil: estudio en el país de origen. In: OIM. **La Migración Haitiana Hacia Brasil: Características, oportunidades y desafíos**. Cuadernos Migratorios N° 6. Buenos Aires: OIM, 2014. Ps. 15-33.
- OIM. **La Migración Haitiana Hacia Brasil: Características, oportunidades y desafíos**. Cuadernos Migratorios N° 6. Buenos Aires: OIM, 2014.
- PIERRE-CHARLES, Gérard. Haiti (1930-1975): A Crise Ininterrupta. In: CASANOVA, Pablo González (Org.). **América Latina: História de meio século**, v. 3. Brasília: Editora UnB, 1990. 296p.
- PATARRA, Neide Lopes. O Brasil: País de imigração? In: **Revista E-Metropolis**, nº 09, ano 3, junho de 2012. Pg. 01 – 18.
- PATARRA, Neide Lopes, BAENINGER, Rosana. Migrações internacionais recentes – o caso do Brasil. In: PATARRA, Neide Lopes (coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP; 1995, p. 79 – 87.
- PERAZZA, Jorge. Introducción. In: OIM. **La Migración Haitiana Hacia Brasil: Características, oportunidades y desafíos**. Cuadernos Migratorios N° 6. Buenos Aires: OIM, 2014. Ps. 11-14.
- SALES, Teresa. **Migrações de Fronteira entre o Brasil e os Países do Mercosul**. In: Revista Brasileira de Estudos Populacionais (REBEP), Campinas, v. 13(1), 1996. Pg. 87 – 98.
- SEGUY, Franck. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2014.
- SEITENFUS, Ricardo. Haiti. **Dilemas e Fracassos Internacionais**. Ijuí/RS: Editora UNIJUÍ, 2014, 464p.
- SILVA, Sidney Antônio da. A Imigração Haitiana e os Paradoxos do Visto Humanitário. In: BAENINGER, Rosana et al (org). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.
- SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 15ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. 154p.
- VILLEN, Patrícia. Periféricos na Periferia. In: BAENINGER, Rosana et al (org). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.
- ZIBECCHI, Raúl. **Brasil Potencia: Entre la integración regional y un nuevo imperialismo**. Santiago de Chile: Editorial Quimantú, 2012. 392p.